

Orçamento A LDO restringe ação do governo

24 JUL 1991

GAZETA MERCANTIL

por Ivanir José Bortot
de Brasília

Os recursos das operações oficiais de crédito do Orçamento Geral da União utilizados como financiamento de custeio e investimento agrícola deverão voltar aos cofres do Tesouro Nacional corrigidos de acordo com a variação da Taxa Referencial Diária (TRD). A medida, adotada pelo Congresso Nacional na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), procura preservar o volume de recursos do Tesouro Nacional e retira do Poder Executivo a possibilidade de conceder subsídios ao setor agrícola. A concessão ou não deste tipo de benefício fica como atribuição exclusiva do Poder Legislativo.

Esta decisão, adotada pelos parlamentares na LDO, e sancionada pelo presidente da República, Fernando Collor, reflete as dificuldades que o governo terá para conseguir um superávit no orçamento de 1992 de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), previsto na lei.

O governo está realizando um esforço para preservar seus recursos, tendo em vista uma tendência acentuada de queda de receitas devido à desindexação na cobrança dos impostos. O equilíbrio das contas públicas no ano que vem será obtido com um aprofundamento nos cortes de despesas de custeio.

As despesas com custeio administrativo, com exceção de encargos de pessoal, terão como limite máximo 80% do que foi apresentado no ano de 1990. As despesas com publicidade do governo federal sofrerão em 1992 uma redução de 75% em relação ao que foi previsto no orçamento do ano passado. Os ministérios deverão reduzir em 50% as despesas com a locação de mão-de-obra de empresas de limpeza e vigilância.

Os recursos de investimentos ficarão escassos. O governo poderá aplicar em investimento apenas 10% da arrecadação líquida de impostos. Apenas o presidente da República teve autorização do Congresso para elevar de 2 para 3% os recursos de verba de contingência.

O Congresso Nacional restringiu a liberação de recursos através da rubrica "Regime de Execução Especial" do orçamento. A LDO determina que só poderão ser feitas previsões de orçamento em despesas no caso de calamidade pública.

Diminuiu o ritmo do crescimento dos preços na primeira quinzena de julho. A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP (FIPE) vai divulgar hoje um resultado que não alcança os 11%, praticamente estável em relação aos 10,7% da semana anterior. A continuar esta trajetória, o resultado final do mês poderá ficar em torno de 10,5%.

(Ver página 3)